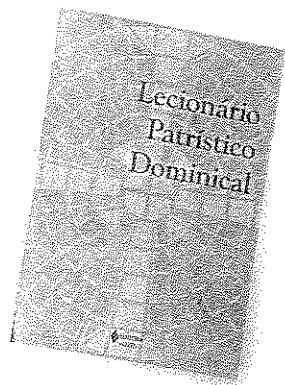


LECIONÁRIO PATRÍSTICO DOMINICAL
Fernando José Bondan (compilador)

"O interesse pelos Santos Padres da Igreja – tanto do Ocidente como do Oriente – se verifica desde as origens do cristianismo, mas foi, sobretudo, a partir do movimento patrístico, que antecedeu o Concílio Vaticano II, e, depois, sob seu impulso, que ele vem se desenvolvendo amplamente. Cada vez mais as pessoas se interessam e buscam 'nas origens' o alicerce de sua fé. A espiritualidade dos Padres é sempre uma espiritualidade original, simples, destituída dos artifícios dos séculos posteriores." São 858 páginas (91 de índices) de textos que se relacionam às leituras e à temática dominical dos anos A, B e C do calendário litúrgico. Para a seleção, Bondan seguiu os seguintes critérios: "Na escolha dos textos, dei preferência à variedade de autores, tanto ocidentais como orientais, e à riqueza dos textos. Muitas vezes preferi escolher textos que se encaixam na temática dominical, embora não versem diretamente o Evangelho, para ofertar uma interpretação mais ampla, do que citar autores diferentes, mas que interpretam o Evangelho mais ou menos da mesma forma. Procurei, também, dar aos autores orientais a devida estima, visto que sua literatura é bastante desconhecida entre nós" ... "Sendo que procurei evitar ao máximo a citação de textos que já constem no ofício das leituras da *Liturgia das Horas*, posso afirmar com segurança que cerca de 90% dos textos deste livro são inéditos em português".
Uma louvável iniciativa, a seu alcance!



Pedidos à EDITORA VOZES LTDA.
Caixa Postal 90023
Petrópolis, RJ/BRASIL
25689-970
Tel.: (0xx24) 2233-9000
<http://www.vozes.com.br>
E-mail: vendas@vozes.com.br



ISSN 0101-8434
9 770101 843004



0420215

www.iif.org.br

REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA Volume 74 FASC. 293 - JANEIRO - 2014



INSTITUTO DE INVESTIGOS FILOSÓFICOS

- História da Igreja em 100 páginas
- História da Igreja em 100 páginas
- História da Igreja em 100 páginas
- História da Igreja em 100 páginas
- História da Igreja em 100 páginas
- História da Igreja em 100 páginas

Rev 74

REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA

FASC. 293 - JANEIRO - 2014

próprio Cristianismo. Não defendeu volta ao passado, mas o refazimento total das estruturas culturais e temporais, como passagem para uma nova idade de civilização. Referindo-se a certos messianismos, assumiu a realização do Reino de Deus na história, mas sempre de modo deficiente e discutível. A nova cristandade, proposta por ele, encarnaria princípios análogos à medieval, mas segundo um tipo essencialmente distinto. A história é irreversível.

O sacerdote italiano Ernesto Buonaiuti (1881-1946), que sofreu fortes punições eclesialístico-civis de excomungado *vivandus* e foi privado do ensinamento na Universidade de Roma, estudou a história do Cristianismo.

Ao criticar a ortodoxia oficial e curial, e a codificação dogmática e jurídica por serem incapazes de captar a força germinal do Cristianismo, levanta a pergunta: Será que o Cristianismo, como grande força social, já esgotou toda a dinâmica trajetória? O último tomo da sua obra leva o título *Il tramonto cristiano* – O ocaso cristão. Depois de estudar as vicissitudes do Cristianismo ao longo da história e da reflexão dos pensadores, afirma com clareza que o anúncio evangélico teve seu pleno significado quando soube permanecer no mundo sem ser do mundo. Ele o fez pelo testemunho imanente na sociedade da provisoriedade das riquezas e fortunas, de toda a vacuidade do poder e do prestígio terrenos, remetendo-se a uma realidade ulterior própria. O Cristianismo começou a decair no mundo e a perder a sua virtude normativa e pedagógica exatamente no dia em que creu ter o mundo na mão.

Traça pesado diagnóstico sobre o Cristianismo. Ao dar-se a uma burocracia em vez de contar com o levedo do Evangelho e de confiar na obra do Espírito, o catolicismo terminou por perder toda a capacidade normativa no seio da sociedade, que consiste no paradoxo de integrar-se na sociedade, sem assumir-lhe as lógicas terrenas. Este é o motivo que permite ao historiador diagnosticar a morte do Cristianismo.

No entanto, o Cristianismo ressurgirá amanhã, se retornar a fisionomia das origens, superando o modelo de organização da Igreja no mundo. Diante do flagelo da Segunda Guerra, Buonaiuti estava consciente da renovada missão de uma Igreja ecumênica, consistindo em preparar os elementos aptos para a reconstrução de nova consciência religiosa evangélica.

O quinto capítulo é dedicado a E. Peterson (1890-1960). Seu trabalho teológico procurou exorcizar o uso político-funcional da teologia católica de reforçar a aliança do poder religioso e político. Recorreu à teologia do mistério da Trindade para impedir que se construísse um princípio monárquico e para gerar anticorpos contra a distorção totalitária. A elaboração da teologia trinitária dos Capadócijs deveria tornar inviável fazer uso legítimo da teologia na política. No fundo, ele se opunha a uma teologia política no estilo de Carl Schmitt.

Ele viu na Igreja, na sua relação com o Reino de Deus, certa ambiguidade. Ela não é um objeto político-religioso, como o Reino messiânico dos judeus. Nem também é um objeto puramente espiritual no qual não existissem conceitos, como política e autoridade. Esta ambiguidade se esclarece na reciprocidade entre Reino e Igreja. A Igreja não é o Reino, mas nela existe algo do Reino. Uma doutrina imperial romana não cabe na tradição cristã por causa do conteúdo escatológico evangélico e do dogma trinitário.

O livro fecha com algumas conclusões. Apesar dos traços pessoais dos diferentes autores estudados, eles revelam aspectos comuns, como o estudo crítico da his-

tória da Igreja e a atenção às fontes, enquanto testemunhas do passado. Mantiveram preocupação com a Igreja, com a autenticidade de sua mensagem e com a abertura ao mundo. Consideraram o modelo ideal “era constantiniana” como obsoleto e perigoso e fizeram apelo a uma Igreja *semper reformanda* a fim de mudar a situação, ao recusar o compromisso com os poderes. Fica para o Cristianismo a lição histórica de sua experiência: ele perde mordência quando se resume à mera tarefa mundana em aliança com poderes temporais ou quando se transforma em espiritualismo que acaba deixando aos poderes temporais total autonomia. Cabe-lhe, então, a dupla missão de estar no mundo, sendo crítico do mundo.

Os pensadores, que marcaram o itinerário dessas considerações, sofreram restrições por parte da Igreja institucional de diferentes maneiras desde a excomunhão (Buonaiuti) até censuras (Chenu, revista *Esprit*, Heer) e demissão acadêmica (Peterson).

O livro merece realmente atenção. A “era constantiniana”, se pertence ao passado como fato histórico, no entanto deixou traços que chegam até nós. E transformou-se em verdadeiro paradigma que está a aflorar, de tempos em tempos, mas que não dá conta da riqueza do Cristianismo. Impressiona como certos aspectos desse modelo tentam voltar, embora debalde, nos dias de hoje. Isso torna a leitura proveitosa de texto escrito com cuidado, seriedade, rigor e minuciosa erudição.

João Batista Libanio
In memoriam

RUGGIERI, Giuseppe. *Prima lezione di teologia*. 2ª ed, Bari: Laterza, 2012. 160 p., 110 x 180mm – ISBN 9788842098065

Serve de livro de introdução à teologia. Não segue, porém, os modelos tradicionais. Logo no início, relata a intenção principal de mostrar a face da teologia, não tanto como discurso formal de Deus, embora o seja, mas como “prática comunicativa de si mesma na qual a fé mostra a sua razão”. Eu escolhi, diz ele, o caminho de “apresentar os argumentos, que uma prática de várias décadas de teologizar, por meio do ensino e de escrever, me faz parecer mais adaptados para introduzir na ‘coisa’”. O importante do “discurso sobre Deus” da teologia é atingir as pessoas. O A. viveu a vida de professor e estudioso de teologia, imerso na pastoral. Parte do pressuposto de que todo ser humano faz teologia, ao falar ou mesmo ao negar a Deus. Ninguém escapa dessa condição humana. A teologia propriamente faz um discurso sobre o discurso de Deus que se faz na vida das pessoas.

O teólogo, ao construir teologia, faz sempre uma *determinatio distrabens*. Pois ele “rouba” conhecimentos, categorias e conceitos de outros laboratórios intelectuais para utilizá-los a serviço de outro princípio do compreender humano que é a fé, que tem no coração. Em tal exercício, experimenta a fecundidade humana dos conhecimentos apropriados. A ideia da “distracção” operada pela teologia com os conceitos do uso humano mereceu aprofundamento. Apontou os perigos de tal operação linguística, tanto nos discursos do mundo greco-romano como bíblico de ambos os

testamentos. A teologia pretende imprimir-lhes rigor, ao dar-se conta da modalidade das mudanças semânticas. Em seguida, enfrentou a questão de como a teologia se afastou da posição radical de Overbeck que defende a natureza de o pensamento científico ser incompatível com o cristianismo. Termina o capítulo expondo a tríplice configuração da teologia no referente ao nexos entre Deus e a linguagem. A primeira forma surge em função do anúncio de Deus. A segunda desenvolve-se em função do controle crítico da razão nos confrontos com o discurso religioso sobre Deus e em função do esforço, guiado pela razão para conhecer o divino. A terceira está em função da vontade de compreender a fé mesma. Supõe a fé e esta lança um olhar sobre a existência humana. Acrescenta que a teologia científica se desenvolveu sob duas formas fundamentais no interior do Cristianismo: a filosófico-especulativa e a histórico-crítica. O A. defende que a cientificidade da teologia é secundária respeito à outra experiência fundamental do teólogo que supõe um *pati* além do *discere*, na expressão de Santo Tomás, isto é, a *faísca* que acende a teologia é a experiência religiosa que pede uma dimensão doutrinal. E tal dimensão constitui o capítulo seguinte que trata precisamente da dimensão doutrinal da experiência cristã.

O A. discorre sobre a estrutura teórica da argumentação teológica que dominou desde o séc. XIX até o Concílio Vaticano II: explicitação dos termos, argumentos tirados da Escritura, da tradição e da razão iluminada pela fé. Buscavam-se provas para teses já dadas. Não era assim antes. O A. aponta outros procedimentos teológicos: lugares teológicos de M. Cano, questões de P. Lombardo, leitura sapiencial dos Padres da Igreja. Segue a explicação do termo *doutrina* sobre o qual existem amplos estudos em dicionários e enciclopédias.

Prossegue estudando a outra expressão central do capítulo: a *experiência cristã*. Ela merece vasta pesquisa por causa da ambiguidade que vestiu o termo experiência na modernidade, identificado com o subjetivismo e o neoprottestantismo. Ela pertence ao papel de conhecer e fazer teologia. Afirma-a como “única via de acesso à compreensão do dinamismo doutrinário do cristianismo”. As suspeitas contra ela, levantadas na primeira metade do séc. XIX, foram desfeitas pelo Vaticano II.

A vertente de doutrina vem da própria atividade histórica de Jesus, como mestre, cujo ensinamento tinha incidência prática. Ele o fez do início ao fim da vida pública. Na comunidade primitiva, a missão de ensinar logo se tornou ministério particular. O Novo Testamento chama o objeto do ensinamento de doutrina no singular para distinguir das doutrinas como preceitos humanos. A tensão entre a transcendência do Evangelho e o processo de comunicação eclesial permanece sempre.

Para manter a fidelidade primeira, a partir do século II se constitui o cânon que seleciona os escritos com valor normativo para a fé cristã. O A. desenvolve essa ideia em parágrafo seguinte em que trata da regra da fé. A experiência litúrgica dos cristãos detém centralidade da regra da fé ou regra da verdade. Alimenta-se da Escritura. A dimensão doutrinal no cristianismo primitivo não se alheia da narração fundadora global em que a figura de Jesus se expressa num conjunto de símbolos da fé. O A. elabora reflexão pertinente e iluminadora da relação entre doutrina e interpretação, seguindo as pegadas de E. Käsemann. Ele inova a pesquisa sobre as origens do Cristianismo num equilíbrio entre o factual e o histórico interpretativo, entre o Cristo pregado pela comunidade e o Jesus vivido efetivamente. Concluindo o capítulo, o A. afirma que a teologia faz parte do cristianismo, ao ser escrita no dinamismo doutrinário da experiência religiosa desde os inícios.

O A. dedica um capítulo ao perambular da teologia pelos caminhos das linguagens que se esforçam em traduzir a verdade sobre Deus. O termo verdade merece longa consideração, devido à sua trajetória intelectual no pensamento ocidental. O núcleo duro da verdade consiste na correspondência do que se diz com aquilo sobre o que algo foi dito. E tal afirmação levanta a pergunta, se o teólogo faz exceção a tal equação de igualdade, ao remontar ao dom de Deus acolhido livremente pelo homem. Está na fé um conhecimento de Deus que só pode ser verdadeiro. O perambular da fé vem por causa, não de seu caráter certo da parte de Deus, mas de obscuro para nós. Tudo o que se diz de Deus é limitado por força da linguagem humana.

A teologia implica deslocamento cristão da verdade. Porque nela a verdade cristã se identifica com a figura de Jesus de Nazaré. Ninguém nunca viu a Deus. Jesus fez-lhe a exegese e o desvelou diante dos olhos dos discípulos. O fato constitutivo de toda hermenêutica cristã está na passagem do Jesus histórico ao Cristo anunciado, quando se constitui a fé dos discípulos.

E o A. persegue a reflexão, ao tratar como os cristãos falaram da verdade ao longo da história. Parte da verdade antes de Niceia passando pela Idade Média, pela época da doutrina dilacerada pelo cisma do Oriente e da Reforma.

O A. traçou o percurso do teólogo dentro do mundo greco-romano. Mostrou a sua legitimidade no interior da linguagem cristã de Deus. Colocou-o no espaço da dimensão doutrinal da experiência cristã, sofrendo o vaguear respeito à linguagem para traduzir a experiência originária dos primeiros discípulos de Jesus.

No quarto capítulo, busca colher as tensões internas que, ao longo do século XX, determinaram o particular equilíbrio instável da produção teológica. Estuda duas tendências que ele traduz com os termos *Transcendência e forma*, deixando muitas outras de fora. Explora o pensamento de Blondel, como o “ataque mais decisivo ao edifício do raciocinar neoescolástico” por causa do seu intelectualismo e extrinsecismo. Aponta para a descoberta do desejo natural de ver a Deus [H. de Lubac], a ideia de existencial sobrenatural [K. Rahner] e a conjugação da instância blondeliana da imanência com a análise transcendental do dinamismo humano [B. Lonergan].

A virada linguística de F. de Saussure, de L. Wittgenstein e a teologia narrativa [J.B. Metz] nos faz prestar atenção à estrutura linguística que nos condiciona a aproximação do texto. Os diferentes jogos de linguagem permitem entender a linguagem religiosa na sua peculiaridade.

Sob a epígrafe de forma, o A. se aproxima da reflexão de von Balthasar sobre a beleza que encontra a máxima concretização na figura de Jesus Cristo e na história da santidade dos que buscaram imitá-lo. A teologia moderna perdeu muito da dimensão estética por causa da cisão da teologia argumentativa respeito à experiência da santidade. O teólogo só capta a verdade da comunicação de Deus se for, por assim dizer, raptado por ela.

Döllinger diz que a teologia tem dois olhos para ver: a filosofia e a história. O A. dedica um parágrafo ao olhar da história. Até então privilegiara o olhar filosófico do método transcendental e da linguística. A história se entende sob duas acepções: história do passado criticamente documentado e história vivida do presente. Ambas entraram na teologia, sacudindo-a robustamente e provocando-lhe profunda transformação. Geraram também reações fortes no interior da Igreja por parte do magistério com a famosa onda antimodernista contra a história no primeiro sentido.

A história presente, por sua vez, foi trabalhada com a categoria *Sinais dos tempos*, cara a João XXIII. O teólogo exige assumir a tarefa de ler esses sinais.

Com a expressão, a *lógica da rosa*, o A. indica a mudança estrutural da reflexão teológica introduzida na segunda metade do séc. XX, em que a racionalidade típica da fé e as diferentes racionalidades encontram modos de comunicação. Vale da racionalidade da fé a bela afirmação de Angelus Silesius: “A flor não tem um porquê florir, floresce porque floresce”; assim acontece com a fé que não carece de fundar-se numa racionalidade extrínseca a ela mesma, mas no seu interior. Ela se constitui com o evento de Jesus de Nazaré.

A curiosa epígrafe de “o anão debaixo do tabuleiro de xadrez”, que alude à fábula do turco que usava truque em jogadas de xadrez, refere-se à posição do filósofo Benjamim, segundo a qual o pensamento religioso hebraico, mesmo sendo “pequeno e feio” como um anão, possuía correta interpretação do presente. A teologia hoje não é mais a rainha das ciências, como se pensava na Idade Média. Hoje se lhe contesta o próprio direito de ser uma “ciência” e ter lugar na Universidade do Estado. Benjamim, por sua vez, via a imprescindibilidade de um pensamento teológico como alternativa ao pensamento dominante. A teologia tem conotações substitutivas da ideologia dos vencedores da história. O A. reflete sobre a questão da teologia e a política em amplo contexto em que aquela se imiscuiu em escopos políticos ao longo da história de Israel, do Cristianismo, até dos dias de hoje, em diferentes situações, e em que assumiu postura crítica.

O último capítulo se atém à questão do fim deste mundo. O A. evita o termo escatologia por achá-lo carregado de ambigüidade e prejudica a compreensão do problema. Aponta a diferença entre a atitude escatológica e a apocalíptica. O fato da vida eterna pertence à fé indivisa, mas quanto à visão de tal realidade não há acordo. O livro se interessa pelo aspecto que toca a teologia. De fato, ela nasce em função do acolhimento deste mundo, da realidade mundana e sua cultura. Toma distância da posição da espera iminente do fim do mundo dos primeiros séculos do Cristianismo. Nesse contexto, situa-se o processo que Bultmann chamou de desmitologização. Trata-se de evento interno à história. Cullmann joga com a dialética do *jam et nondum*. O A. trabalha a clássica distinção entre *Geschichte* [história efetiva] e *Historie* [história reconstruída pelo crítico], de Kähler, e estuda os escritos de Käsemann.

Depois de expor as posições dos exegetas, ele mostra que o teólogo não pode considerar-se satisfeito com elas. Carece aprofundar os textos apocalípticos do Evangelho. Mostra que a atitude de Jesus de expectativa do fim do mundo não se identifica com o momento final, mas introduz um período penúltimo e antecipador em que a sua compaixão, a sua comoção visceral pelo sofrimento humano se revela em prática de libertação.

A presente obra serve, como o título insinua, para uma primeira e riquíssima aula de teologia. Quem a lê mergulha realmente na fábrica teológica. O livro brinda-nos com excelentes percursos históricos, abordando amplamente os temas tratados. Apesar de chamar-se de primeira lição, conduz o leitor por intrincados caminhos de exegetas, teólogos de diversas épocas da teologia. O A. restringe-se praticamente ao conhecimento da teologia europeia. Ignora completamente a teologia do 3º Mundo. Apesar de ser italiano, há predominância da teologia alemã e francesa além de autores clássicos antes da modernidade. Ao final, temos vasta ideia dos problemas abordados nos limites do mundo europeu. O texto complementa as clássicas intro-

duções à teologia ao passar por plagas diversas. Alunos e professores tirarão proveito em sua leitura.

João Batista Libanio
In memoriam

MURRAY, Paul. **Rezar com confiança**. Santo Tomás de Aquino sobre o pai-nosso. Trad. de Bárbara Theoto Lambert, São Paulo: Loyola, 2013. 103 p., 140 x 210mm – ISBN 978-85-15-04020-9

Encontramos três andares de riqueza. No primeiro, está a oração do Pai-Nosso de Jesus. Extremamente familiar a todos nós. No segundo andar, deparamos com comentários de Santo Tomás de Aquino. Basta citar o nome para dar-nos conta da profundidade da reflexão. E no terceiro, o A. do livro apoia-se nos andares inferiores para ampliar as considerações.

Na introdução, o A. mostra, diferentemente da opinião mais corrente, a figura de Santo Tomás, como homem profundamente espiritual, cuja teologia aponta para a contemplação, no dizer de J.-P. Torrell, e não simplesmente como escritor de obra especulativa e doutrinal.

Encontrar-se com Tomás de Aquino, o santo, o místico, representa para muitos surpresa espiritual. Confirma tal espanto, o fato, com sal de humor, contado por Chesterton. Certa senhora adquirira um livro antológico de Santo Tomás, com um comentário, e começou corajosamente a ler uma seção com o inocente título: “A simplicidade de Deus”. Em seguida, guardou o livro com um suspiro e disse: “Bem, se essa é a Simplicidade de Deus, imagino como será sua complexidade!” O presente livro, porém, confirmará o leitor na alegre novidade do tom de simplicidade de Santo Tomás, que responde, em tom expositivo, a perguntas que surgem no fiel iniciante na vida espiritual, que reza a oração do pai-nosso. Não tem naturalmente o *pathos* de emoção das meditações de Santa Tereza sobre essa oração.

Tomás sobressaiu-se como homem e teólogo da oração, sábio de profunda perspicácia e clareza. Ao falar da oração, ele insistiu, como fundamental, na dimensão de súplica. Vê nela atividade religiosa autêntica que todo cristão deve praticar. Faz parte da vida de luta e tribulação. Nasce da nossa natureza de necessidade e do reconhecimento da pobreza espiritual.

Aquino diz que sua intenção vai na direção de “oferecer coisas mais elevadas aos adiantados e, ao mesmo tempo, não recusar aos iniciantes a ajuda de que precisam”. Parte da taxativa afirmação: “O próprio Deus nos ensinou esta oração”, por isso é “a mais perfeita das orações”. “As pessoas não rezam como devem, se não pedem uma coisa contida no pai-nosso”, mesmo se usarem outras palavras.

Embora não tenha escrito um livro especificamente sobre o pai-nosso, deixou-nos alguns textos e tratados sobre o assunto, escritos em épocas diferentes. E autor trabalha sobre esses textos. A maioria pertence aos últimos anos da vida de Tomás.

O A. percorre as diferentes petições do pai-nosso. Naturalmente começa com a invocação “pai-nosso” e sinaliza cinco aspectos: instrui-nos na nossa fé, aumenta nossas esperanças, serve para estimular a caridade, convida-nos a imitar a Deus e